

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.950 - CE (2019/0302304-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : F S D DOS S (PRESO)
ADVOGADOS : ELIOENAI PONTE FROTA - CE022740
SEBASTIAO MARTINS DA FROTA NETO - CE024704
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **F S D DOS S** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Consta dos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada em 20/7/2018, pela suposta prática do delito previsto no art. 217-A do Código Penal, por fato ocorrido supostamente em meados de 2017. A prisão não foi efetivada e os pleitos de revogação da custódia cautelar foram indeferidos.

Passado mais de um ano do decreto preventivo, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, sustentando o excesso de prazo na formação da culpa, o qual foi conhecido parcialmente e teve a ordem denegada, recomendando ao Juízo de primeiro grau que adotasse as medidas necessárias para finalizar a instrução processual.

Neste *habeas corpus*, o impetrante reitera o pleito originário, salientando que não corroborou para mora processual.

Aduz inexistir indícios de autoria e materialidade, não podendo o decreto preventivo subsistir tão somente com base na declaração da suposta vítima, que sequer foi ouvida em juízo por falta de psicólogos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória com a aplicação de medidas alternativas do art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, bem como senha processual, preferencialmente por malote digital, com **urgência**.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator